



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2007

MESA: PRESIDENTE: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD).

SECRETÁRIOS: José Luís Gaspar Campos (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD).

HORA DE ABERTURA: 14 horas e 45 minutos

PRESENÇAS: Avelino Silva de Almeida (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Manuel Monteiro Casais (PSD), Sandra Marisa Martins de Figueiredo (PS), Fernando Tavares Rodrigues (PSD), Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS), Rui Manuel Ferreira Almeida (PSD), António Carvalho de Almeida Casais (PS), António Alberto da Silva Almeida (PSD), Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS), Manuel de Almeida e Silva (PSD), Sónia Maria da Rocha Cela (PS), Paulo Jorge Bento Páscoa (PSD), Luciano Martins de Figueiredo (PSD), Augusto Sequeira Machado (PS), Manuel Lagoa dos Santos (PSD), Adriano da Cruz Gomes (PSD), Vítor Manuel Figueiredo Portela Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Baiões (PSD), António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal (PS), António Ribeiro de Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais (PSD), José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Fernando Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PSD), Carlos Manuel Rodrigues Guimarães, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PSD), Álvaro José Almeida de Jesus, Secretário da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa (PSD) em representação de António Luís Dias Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz da Trapa (PSD), Carlos Alberto Loureiro Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), Fernando Oliveira da Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho das Moitas (PSD), Vítor Manuel de A. Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS), Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PS), João Rodrigues Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo em representação da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Rogério Fernandes Duarte, Maria de Fátima Duarte Almeida Pinho, José Carlos de Oliveira Duque e José Alberto Sousa.

FALTAS: Eurico Correia Martins (PSD), Celestino Manuel da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Carlos Alberto Marques Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PSD).

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

Período Antes da Ordem do Dia

- Assuntos da Ordem do Dia:

1- Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;

2- Discussão e votação das seguintes propostas do Executivo:

2-1 - Alteração à Tabela de Taxas e Licenças;

2-2 - Agência de Desenvolvimento Regional: Exclusão da “WRC-Web para a Região Centro”;

2-3 - Proposta para a 18ª Alteração ao Quadro de Pessoal;

2-4 - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Fixação de Taxas a vigorar no ano de 2008;

2-5 - Regulamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho de São Pedro do Sul;

2-6 - Alteração ao Regulamento do Plano Director Municipal “Instalação de Infra-Estruturas de Produção e Transportes de Energias Renováveis”.

- Período de Intervenção do Público.'

Iniciada a sessão, a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a acta da sessão ordinária de 28 de Junho de 2007, tendo-se verificado a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS): Referiu que sendo uma das pessoas que lê as actas, sobretudo nas partes referentes às suas intervenções que são respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara, lembra-se sempre das questões; isto para dizer que na página 10 não vem referenciado correctamente na intervenção do Sr. Presidente, a resposta que lhe deu à questão dos Jogos Desportivos. A resposta que lhe foi dada, foi que, entre outras frases, em seguros a autarquia gastava 30 mil euros. Essa afirmação não vem na Acta e atendendo a que, como é do domínio público esses valores não correspondem à verdade, mais lhe suscitou a atenção porque ia rebater o assunto com o Sr. Presidente e considerava então que tal questão devia ser incluída na Acta.

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal disse que iria confirmar a situação e em caso afirmativo, a rectificação iria ser introduzida no texto da acta. De imediato colocou a mesma a mesma a votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção do Sr. Deputado, Vítor Manuel de A. Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS).

Correspondência recebida:

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses:

- Circular nº 71/2007 de 20/06/2007, informando sítio da ANMP na Internet onde estão disponíveis as Linhas Gerais de Actuação bem como os relatórios, aprovados no XVII Congresso realizado em Ponta Delgada, nos dias 15 e 16 de Junho;
- Circular nº 72/2007-CO de 29/06/2007, remetendo exemplares do Boletim nº 159 da ANMP, referente ao mês de Junho/2007;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Circular nº 92/2007-CO de 30/07/2007, remetendo exemplares do Boletim nº 160 da ANMP, referente ao mês de Julho/2007.

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 2670 de 11/09/2007, remetendo propostas para inclusão na ordem de trabalhos da sessão da Assembleia Municipal de 21/09/2007;

Diversos:

- Carta datada de 19/06/2007 apresentado por João de Oliveira Rodrigues reiterando pedido anterior tendo em vista uma certidão da Proposta de Congratulação apresentada na sessão de 30/04/2007;
- Ofício Nº 124 de 21/06/2007 do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul comunicando a sua representação na Sessão da Assembleia Municipal de 28/06/2007, pelo Secretário da Junta, Gumersindo da Silva Marques;
- Ofício nº 535-DCDAS de 22/06/2007, convocando para reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, bem como Ordem de Trabalhos, a realizar no dia 12/07/2007;
- Ofício nº 105/2007 de 27/06/2007, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa fazendo-se substituir na Sessão da Assembleia Municipal de 28/06/2007 pelo Secretário da Junta, Álvaro José Almeida de Jesus;
- E-mail de 05/07/2007 de Maria Fernanda Martins Rodrigues Gomes, dando conhecimento de carta dirigida ao Sr. Vereador Dr. Matos, referente a problemas com abastecimento de água, sita em Povos do Alto, Freguesia de Carvalhais;
- Ofício nº 2792 de 03/07/2007 da ATAM (Associação dos Técnicos Administrativos Municipais), enviando boletim de inscrição para o XXVII Colóquio Nacional da ATAM, Albufeira – 24 a 27 de Outubro/2007;
- Ofício nº 4522 de 23/07/2007 do Governador Civil de Viseu, agradecendo a disponibilidade de colaboração manifestada pela Presidente da Assembleia Municipal;
- Fax Nº 48/07 de 08/08/2007 da DECO Pró Teste, enviando questionário sobre Incentivos à Fixação no Interior;
- Carta datada de Setembro de 2007, da Fundação Fira de Lleida, que vai organizar de 23 a 26 de Outubro, a 14ª edição do Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais, MUNICIPALIA.

Publicações:

- Jornal “Associação” nº 227, referente ao mês de Julho de 2007;
- Jornal do STAL nº 86, referente ao mês de Junho de 2007;
- Revista “Ecos da Gravia” Nº 151, referente a Abril/Maio; Nº 152, referente a Julho e Nº 153 referente a Agosto de 2007;
 - Revista “Nova Agricultura” Nº 19, referente a Abril-Junho de 2007.

Convites:

- Da Associação Empresarial da Região de Viseu, para a Sessão de Abertura e Seminário sobre Internacionalização e Exportação das Empresas Portuguesas, a realizar no dia 10 de Julho, Em Coimbrões;
- Da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Pedro do Sul, para participar na comemoração do 122º Aniversário, a realizar no dia 08 de Julho;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Associação de Municípios da Região dão Lafões, para a cerimónia de assinatura de acordo para Estudo de Enquadramento Estratégico com a Parque EXPO/98, S.A., a realizar no dia 13 de Julho, na Câmara Municipal de Viseu;
- Da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa, para estar presente na Homenagem ao ilustre Sr. Joaquim Almeida Sobrinho, no dia 17/08/2007, seguindo-se a abertura do “IV Festival da Broa”.

De seguida a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

-Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Questionou a Câmara Municipal sobre quem tem a jurisdição sobre a chamada Ponte do Comboio, que liga Negrelos à antiga Estação de Caminhos-de-ferro, onde se realiza hoje a feira. Vê-se quer de um lado da ponte quer do outro, propriedade da Refer. No entanto, quando é necessário ali fazer reparações, nomeadamente quando chove, é a Câmara Municipal que as faz. Isto vem a propósito de uma série de reparações, porque há várias grades na ponte de Caminho-de-ferro que estão caídas, estão velhas, há vários buracos nas grades e passam ali muitas crianças que vão e vêm da Escola diariamente e a sua curiosidade pode levá-las a espreitar e cair, ou até algum adulto pode ter um acidente e resvalar. Chamando a atenção para este problema, queria saber quem tem a jurisdição, se é a Refer, se é a Câmara e quem é que tem competência para colocar as grades que entretanto foram destruídas. Mudando de tema, abordou mais uma vez a questão de um pinheiro que ameaça perigo na entrada da estrada de Negrelos, logo a seguir ao cruzamento com a Estrada Nacional junto à Pedreira. Por aquilo que se apercebeu ainda há pouco tempo, também na zona de Vila Maior, Sendas ou Goja, não sabe precisar, viu que havia uns pinheiros que estavam quase a cair já sobre a estrada. Haverá, provavelmente, outras situações do género no Concelho e como o Outono se avizinha, aproximando-se o Inverno, nunca se sabe se poderá haver tempestades e um dia cair alguma dessas árvores e haver alguma desgraça. Sugeriria também que no entroncamento da estrada de Negrelos com a Nacional que liga a Viseu, que fosse cortado o primeiro cedro quer do lado direito de quem vai para Viseu, quer do lado esquerdo de quem vem para o lado da Pedreira, porque dificulta muito a visão do automobilista que vem de Negrelos e entra na estrada nacional, tendo sido só por sorte é que ainda não se deu lá nenhum acidente. De seguida propôs dois votos de congratulação: O 1º pela homenagem justa que foi prestada a Mestre Silva no sábado passado, tendo salientado que foi um homem a quem a música, a cultura e, em particular, os Cantares de Manhouce, devem muito em S. Pedro do Sul. Queria apresentar um voto de congratulação por essa justa homenagem, a quem teve essa ideia, aqui na Assembleia. O 2º era um voto de congratulação pela transladação dos restos mortais do grande escritor Aquilino Ribeiro, que como nós é Beirão, para o Panteão Nacional. Foi um grande escritor, um grande combatente pela liberdade, pela democracia, pelos direitos humanos. Deve-se a gente como ele o facto de hoje estarmos aqui eleitos a defender as nossas posições, devemos à luta de homens como ele, porque aqueles que lhe andam a chamar terrorista de forma infundada, por esses não estávamos hoje aqui a discutir os problemas do nosso concelho, não haveria sequer uma Assembleia Municipal, não haveria um Presidente da Câmara eleito, nem uma Câmara eleita, mas nomeada pela União Nacional e basta ver o nome das pessoas que

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assinaram uma petição nesse sentido na Assembleia da República, quem eles foram e quem eles são. Recordaria aqui que se chama a Aquilino Ribeiro um terrorista porque ele desafiou a tirania e terá participado em acções armadas. Não está provado que tenha participado no regicídio de D. Carlos. Condenar-se, julgar-se infundadamente uma pessoa sem provas de que tenha participado, mostra o espírito inquisitorial, antidemocrático dessa gente. Porque quem o acusa de terrorista, esquece-se de que então toda a gente que lutou pela democracia foi terrorista. A Revolução Inglesa, Americana, Francesa, que estão na origem das revoluções actuais foi preciso recorrer à violência para as efectuar e para derrubar o absolutismo. Então toda a gente que efectuou essas revoluções é terrorista? Foi um acto terrorista o 25 de Abril? Podia ter havido sangue, felizmente não houve. É bom dizer aqui que quem faz essas acusações a Aquilino Ribeiro, esses sim defenderam e estiveram ao lado do terrorismo de estado, que através da Pide e da própria PSP e da GNR assassinaram pessoas, além de as terem torturado. As mortes do Ribeiro Santos, Humberto Delgado, Catarina Eufémia, Alex, Dias Coelho, não são ficção. Essa gente sim defendeu o terrorismo de estado. Aquilino Ribeiro foi um combatente da liberdade e da democracia, além de um grande Beirão, de um grande escritor e que sempre teve preocupações com a justiça social. Por isso tudo, propõe que seja aprovado um voto de congratulação, nesta Assembleia, por ele ter sido trasladado para o Panteão Nacional.

Havendo duas propostas de congratulação apresentadas pelo Sr. Deputado Manuel Silva (PSD), a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal colocou a aprovação e votação, a Homenagem a Mestre Silva, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Relativamente à trasladação dos restos mortais de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional, verificou-se a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que era só para fazer um reparo ao Deputado Manuel Silva porque ele disse: se não fosse a Revolução Republicana de 05 de Outubro que acabou por sair desse regicídio, nós não estaríamos aqui pelo voto popular mas sim nomeados quer a Câmara, quer o Executivo, quer a Assembleia, pela União Nacional. Não teríamos União Nacional sequer, estaríamos sob um regime monárquico que nem daria lugar tão-pouco à União Nacional.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Esclareceu que tinha referido que se devia à luta que pessoas como ele travaram, quer a luta pela República quer à luta posteriormente contra o chamado Estado Novo. Disse que devemos a gente da estirpe de Aquilino, o poder estar-se aqui em liberdade, não tem a ver com a primeira República.

De seguida a Presidente da Assembleia Municipal colocou a presente proposta de congratulação a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que estava de acordo com as propostas apresentadas pelo Deputado Manuel Silva, nomeadamente no que diz respeito à ponte de Negrelos, que há necessidade de uma intervenção urgente, sob pena de alguém poder cair ao rio ou ficar ali estatelado e poder morrer. No que diz à História que o Deputado Manuel Silva aqui trouxe, já não ficou tão contente porque as suas

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aulas de História já passaram há bastante tempo e gostaria mais de discutir os assuntos propriamente do concelho do que estar a discutir Aquilino Ribeiro e os problemas de História. Alertava o Sr. Presidente da Câmara para alguns assuntos: 1º - A placa que já foi falada diversas vezes a indicar a Vila de Castro Daire. Já se falou nas Sessões da Assembleia duas ou três vezes nessa placa, que era necessária lá para baixo, o Sr. Presidente já anotou pelas mesmas vezes também essa indicação, mas a verdade é que até hoje a placa continua por colocar, o que frustra quem por várias vezes tem alertado para uma situação que não é difícil de resolver. Questionou o que é que a Assembleia está a fazer, porque se lançamos algumas proposta, aceita perfeitamente que algumas possam não ser aceites, não sejam válidas, mas no meio de tantas, acredita que algumas sejam positivas e a que está de momento em apreço é uma daquelas que consideram válidas e de fácil execução. Verdade é que o tempo passa e está por concluir. Alertava também para o estado de degradação em que se encontra o Mirante na Pedreira. Já foi falado na Assembleia, os próprios Jornais também já falaram sobre o mesmo, poderia haver ali uma pequena intervenção que pelo menos melhorasse o aspecto que ali tem, porque quem ali pára... é uma zona muito bonita e pedia ser recuperado. Pensa que não seria necessário envolver grande dinheiro e grandes dispêndios. De seguida o Sr. Deputado passou à leitura do seguinte texto: “Há alguns anos que se vem falando no Programa Urbcom e no consequente melhoramento do centro da vila. Eu próprio, fui um acérrimo defensor do mesmo. Acontece, que os anos têm passado e a verdade é que o centro da vila fica cada vez mais degradado. - O piso da rua direita é completamente desnivelado e esburacado. - Existem edifícios completamente em ruínas, cheias de bicharada que prejudicam as casas vizinhas. - Existem dezenas de casas sem caleiras, provocando transtorno a quem por lá passa. - A nova estrada aberta que liga o largo S. Sebastião à Av. António Correia de Oliveira encontra-se por pavimentar há muito tempo, provocando incómodos a quem lá vive e a quem tem lá o seu comércio. - A Av. António Correia de Oliveira tem o piso completamente degradado, embora tenha sido arranjado há muito pouco tempo. Quem assume a responsabilidade? Para quando a retirada daquele espaço da Empresa Guedes? Para quando a construção de uma Central de Camionagem? Sr. Presidente! Diga-nos o que se passa com o projecto Urbcom e caso existam problemas com esta candidatura, avance rapidamente com as obras aqui indicadas, pois por serem tão graves necessitam de uma intervenção urgente. E porque não, a colocação de uns candeeiros bonitos em toda esta zona? O Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (Vítor Manuel de Almeida Figueiredo).”

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Procedeu à leitura da seguinte intervenção: “**PROBLEMAS DE TRÂNSITO** - 1 - Na sessão de Abril último, trouxemos a esta Assembleia a questão do disparate viário que se registava junto ao quartel da GNR. Hoje, para que não nos acusem de só levantarmos questões, queremos deixar aqui, expressa e claramente, a nossa satisfação por, finalmente, se estar a solucionar aquela aberração que tão em perigo punha a segurança de pessoas e bens de quem por ali passava. Contudo, lamentamos que, só depois de o PS ter colocado aqui a questão, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul tenha agido e não o tenha feito antes, quando os moradores, por diversas vezes e ao longo de muito tempo, reclamaram a benfeitoria. 2 – O mesmo não podemos dizer quanto à regulação semafórica do trânsito. Na mesma sessão, chamámos a atenção para o facto de todos, repito, todos os semáforos estarem desligados havia muito tempo. Pois, hoje, tudo continua na mesma. A CM ainda ligou o da recta de Várzea por alguns dias, mas já não funciona novamente. E não se

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

venha com a desculpa da trovoadas... E se, talvez por efeito da dinâmica anunciada e levada a cabo pela nova CM de Lisboa de reavivamento das passadeiras para peões, por cá se tem feito algo nessa área, a verdade é que o serviço está incompleto para a defesa da integridade física dos cidadãos. Todos sabemos que, se a segurança das pessoas não está garantida com as duas sinalizações referidas, com uma muito menos estará. Que o digam as pessoas que já foram vítimas disso. E em S. Pedro do Sul já foram várias. Será necessária uma subscrição financeira para ajudar às despesas de reparação dos semáforos? 3 – Agora, está na moda sampedrense a ocupação de espaços de estacionamento com esplanadas. Esplanadas cercadas de viaturas. São vários os pontos na nossa vila. À falta de melhores receitas, a CM socorre-se deste expediente: por que não concessionar uns metrinhos aqui, outros ali e mais outros acolá? Nem que se tenha de sacrificar uns quantos lugares de estacionamento onde ele já é problemático. Mas, bem pior do que isso, é os clientes estarem a tomar uma qualquer bebida, ou a ingerir uma qualquer comida e, de repente, levarem com uma nuvem de fumo de escape de automóvel que por lá passe, pare ou arranque. Ou será que o fumo dos carros é nutritivo, higiénico e saudável e, assim, se promove a qualidade de vida e a saúde pública? Safa!..., diria Cavaco Silva. 4 – E que dizer das horas de ponta junto às três escolas da Vila? É o caos. Se a GNR está por perto, as coisas vão funcionando, mas se não está... só falta mesmo andar à batatada. Foi o que aconteceu na 4.ª feira, à hora de almoço e junto à Escola Secundária, onde, para desespero dos automobilistas passantes, e por causa do desordenamento da paragem dos transportes escolares o engarrafamento foi total e o buzinao monumental, solucionado apenas quando as discussões acabaram e os ânimos acalmaram. 5 – Finalmente, e pela terceira vez desde o início do mandato, a questão dos pilares metálicos colocados na via pública em Vilar, Bordonhos, junto à paragem dos autocarros. Qual o ponto da situação? Configurando-se essa questão uma situação indevida e ilegal de apropriação de terreno público, que fez a CM? Quanto pagou a CM pelo alcatroamento daqueles metros à empresa Sopovico, aquando da repavimentação da EN227? Dada a indefinição da CM e da JF de Bordonhos, o Grupo Parlamentar do PS requer, desde já, uma cópia do processo em causa. Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, 21 de Setembro de 2007. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.”

- Sr. Deputado Municipal Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS): Pediu ao Sr. Presidente da Câmara mais rigor na justificação das atitudes políticas porque, quando justifica o fim dos Jogos Desportivos devido aos gastos excessivos, tem que ter a noção efectivamente do que está a dizer. Quando diz que os seguros desportivos daqueles atletas ficava em 30 mil euros e, quando é do domínio público que o orçamento geral dos Jogos Desportivos era de 30 mil euros, não eram os seguros que custavam assim tanto dinheiro, mas sim o total da actividade. Se era caro ou barato, é discutível, mas a questão é de facto o rigor com que o Sr. Presidente tem que falar nesta Assembleia Municipal. O Segundo ponto é uma pergunta muito simples e directa: O Polidesportivo de S. Pedro do Sul é para concluir e quando? Ou tem outros planos para aquele lugar.

- Sr.ª Deputada Municipal Sandra Marisa Martins de Figueiredo (PS): Disse que o assunto que a traz ali é, mais uma vez, a estrada de Covas do Monte, que precisa de uma intervenção, já não diz prioritário uma vez que ela já se encontra naquele estado desde Junho de 2006, e com o aproximar da época das chuvas, é necessária uma intervenção, independentemente de ser uma intervenção de fundo, que foi a resposta dada na última vez. Aproveita para falar na estrada de Macieira, as raízes das árvores também está ali um perigo, porque as pessoas são obrigadas a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mudar de faixa e acarreta os problemas que todos nós sabemos. Também a estrada do Serraco, que liga Covas do Monte a Covas do Rio, que com a última trovoadas sofreu danos significativos, neste caso, necessitando de uma intervenção.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Tal como o Dr. Ferreira Gomes, realçou o aspecto do arranjo na área envolvente junto à GNR. Melhorou quer em termos de via, quer em termos de segurança. É de realçar as obras que estão a acabar de se fazer para o bem de todos os munícipes. Também queria que o Sr. Presidente da Câmara falasse sobre as obras do Balneário D. Afonso Henriques, que estão terminadas ou quase a terminar, propunha que, se fosse possível, antes da próxima Assembleia Municipal, fossem lá ver se de facto melhorou desde a última vez. Também, apesar de já o ter dito directamente ao Sr. Presidente, o site da Câmara Municipal precisava de ser melhorado, devia ser realçado para que todos os utentes que visitam o sítio da Câmara Municipal seja com mais informação, nomeadamente alguns regulamentos que são aprovados em Assembleia Municipal e Câmara Municipal, pudessem ser facilmente consultados.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que, em relação às questões que foram levantadas pelo Deputado Manuel Silva, a da ponte tem que ser equacionada. Podemos solicitar à Refer para fechar, ou permita colocar um gradeamento. Dá jeito para quem está habituado e causa incómodos estar a fechá-la. Será sempre uma situação perigosa, mesmo com a colocação do gradeamento. Esta questão tem que ser ponderada. Em relação aos pinheiros que ameaçam perigo, temos uma dificuldade, a maior parte das nossas vias marginam com a floresta. Tem havido atenção, do Gabinete Técnico Florestal em conjunto com a Protecção Civil, de quando as pessoas alertam acudir. Muitas vezes, o perigo não é totalmente determinável, ou seja, há pinheiros que dão a sensação que estão seguros e à primeira ventania acabam por tombar. Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul sobre a placa indicativa da Vila de Castro Daire, foi uma iniciativa do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior, Prof. Mouro, que chamou a atenção para o facto do trânsito, que se dirige para Castro Daire, vindo da Vila, chega à rotunda do S. Pedro e não consegue determinar facilmente qual a via que deve seguir. A solução é colocar um pré-aviso. Já foi estudado mas, coloca uma barreira na ponte antiga com a ponte nova. Estamos a reflectir sobre isso. O Dr. Ferreira Gomes falou do quartel da GNR e disse que, só se resolveu depois do PS ter alertado. Isto é a vocação de cada Partido no concelho. O PS esteve na Câmara, não o resolveu e o PSD na oposição não soube alertar. O PS sabe alertar e o PSD sabe resolver, estamos em consonância e pensa que não há mal nenhum. O Mirante, referido pelo Deputado Vítor Figueiredo, realmente está degradado, é mais um assunto que têm que resolver. O Dr. Ferreira Gomes falou das passadeiras, que Lisboa começou a pintar. Não lhe desagrada nada que estejam em consonância. Os semáforos, é uma questão delicada. Depois de fazer uma reflexão, alertado pelo Prof. Rogério, Vereador da Educação, reconhece que poderão ter importância junto às escolas. É certo que há muito vandalismo, fica na consciência daqueles que apedrejam e partem os vidros, é uma questão cultural. Em relação ao que disse o Deputado Pedro Almeida, não é preciso aguardar para a próxima, nem ouvir a gravação, é muito simples: os Jogos Desportivos custaram 6 mil contos; os seguros cerca de 2 mil contos, o material 2 mil contos, as horas extraordinárias, que são pagas, e a final em Tondela totaliza os 6 mil contos. O Polidesportivo das traseiras do Pavilhão, a obra não está abandonada, falta a colocação de piso e os trabalhos adjacentes. Ainda não foi lançado concurso. A Deputada Dr.^a Sandra falou da estrada de Covas do Monte. A estrada tem

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um problema, o alcatrão foi colocado em cima das rochas, falta brita. A estrada precisa de uma reparação de fundo, não se pode pôr massas, tem que se fazer uma empreitada. Concretamente sobre a Freguesia de Covas do Rio, houve outros trabalhos, que também é bom referir, a estrada de Deilão ficou cortada e tiveram que fazer um pontão e na ponte do Serraco também houve problemas. O Eng.º Casais falou do Balneário D. Afonso Henriques, tem a consciência que a Assembleia Municipal não está aqui para fazer elogios ao que está feito. Aplauda a ideia do Eng.º Casais de uma visita que pode ser no dia da realização da próxima Assembleia. Em termos de construção civil está concluído, em equipamento falta uma parte substancial. Ainda não dá para atender, dentro das melhores condições, todas as pessoas que nos procuram. Houve um esforço, por parte dos funcionários, porque para além da grande carga que eles têm no atendimento e na coordenação dos horários dos turnos, tiveram que se adaptar a novos equipamentos, não foi fácil. Vamos atingir números muito próximos do ano passado, que se deve ao profissionalismo de quem lá trabalha.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara que rebobinasse um bocadinho a sua memória e que remontasse ao tempo da construção do Quartel da Guarda Nacional Republicana, que foi construído no tempo da presidência do Dr. Manuel Martins e quando exactamente o Sr. Presidente actual era Vice-Presidente. Aquele problema da inexistência de passeio remonta a esse tempo, quando foi construído o Quartel e quando não se previu, não se planeou o futuro e se fez aquela vedação sem qualquer passeio na rua. Contudo o PS sabe alertar para os problemas, mas também sabe resolvê-los. De tal forma que se aquela obra de requalificação e repavimentação da 227 aconteceu, aconteceu porque então o PS trabalhou muito bem no sentido de ir captar o financiamento ao Governo do Primeiro-Ministro de então, António Guterres, exactamente para esta obra. Quem puxou para cá o dinheiro, não tenha dúvidas, Sr. Presidente, foi o Partido Socialista. Nós não sabemos só levantar as questões, também sabemos resolvê-las, precisamos é de tempo. Gostaria que o Sr. Presidente se pronunciasse sobre três questões que trouxe aqui, respondeu a duas e não disse nada sobre a questão das explanadas, se concorda ou não, com a história das explanadas em plenos espaços de estacionamento e sabemos que, não morando numa terra grande, moramos numa terra onde o estacionamento por vezes é escasso, não há dúvidas, especialmente aqui no miolo, no casco mais central da Vila e depois também sabemos que os nossos automobilistas são mal formados por natureza e, portanto, se o estacionamento é pouco e, muitas vezes até é caótico, mais agrava as coisas. Se ainda vamos fomentar a instalação de explanadas nesses parques, mais se vai complicar a situação. A segunda questão que ficou por responder, foi a questão do ordenamento do estacionamento ou da paragem das viaturas de transportes escolares junto às escolas. Este assunto carece de um repensar da situação, porque são muitas carrinhas que a Câmara Municipal possui, mais autocarros. É certo que já corrigiram uma parte, fazendo deslocar os autocarros junto à Escola Secundária e Preparatória mais para jusante, mas a verdade é que o problema continua a subsistir. Lançava um desafio: em tempos quando nós tínhamos os destinos do concelho aqui na Câmara Municipal, chegámos a ponderar a hipótese de negociar com a Direcção Regional de Coimbra do Ministério da Educação, com a DREC, a cedência de um espaço, que para a Escola Secundária é insignificante porque não tem qualquer utilidade, que é aquele recanto junto ao dito Bloco Oficial, na parte mais a montante da escola e em frente ao restaurante S. José, há ali um recanto de espaço escolar que está perfeitamente inutilizado e que podia muito bem, depois de negociado com o Ministério da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Educação, talvez ajudar a resolver esta questão de estacionamento das viaturas municipais, quiçá até das particulares. Lembra que por causa desse problema de estacionamento, toda a comunidade educativa da Escola Secundária e também alguma da Escola 2, 3, aparca dentro do recinto escolar e com os nossos carros tomamos muito espaço que provavelmente daria jeito ao recreio da juventude, mas não temos alternativa também. A última questão, tem a ver com os “pilaretes” em Vilar, desejamos a resposta.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que, sobre a ponte de Negrelos estão naquela situação que não sabem se a Câmara vai contactar o Refer para que a posse da ponte passe para a Câmara Municipal, ficou sem perceber se a Câmara Municipal vai lá colocar os gradeamentos de ferro, ou se não vai colocar, de forma que gostava que efectivamente se resolvesse a questão da ponte de Negrelos, houvesse uma saída digna para aquilo. No que diz respeito ao Mirante, o Sr. Presidente concorda que merece haver uma intervenção naquele espaço, não fala em prazos nem datas, não diz que faz concretamente, concorda sim senhor, mas é para se ir fazendo. No que diz respeito ao sinal é uma questão tão simples, o Sr. Presidente tem tantos técnicos na Câmara Municipal que facilmente resolveriam a questão e, se não chegarem, têm aqui um homem que tem uma escola de condução, que é técnico nesse sector, pode chegar lá e dar uma ajuda e pensa que numa hora resolve essa situação. De forma que situações fáceis deviam ser resolvidas muito rapidamente. No que diz respeito ao Polidesportivo de S. Pedro do Sul, referido pelo Deputado Pedro Almeida, o Sr. Presidente disse que foi concluída a parte de construção civil. Coincidência. Melhor ainda que a do Balneário que foi concluída dois meses antes, é que o Polidesportivo conseguiu ser concluído nas vésperas das eleições, ou seja, o Sr. Presidente gaba-se de dois meses antes do prazo de conclusão do Balneário, ele foi concluído, esta foi pontaria, na véspera das eleições, o Polidesportivo foi concluído na parte de construção civil. Depois sobre a estrada de Covas do Monte que precisa de uma reparação, mais uma vez ficamos sem saber se essa reparação vai ser feita. No que diz respeito à estrada de Macieira também ficamos sem saber. Sobre a intervenção escrita que apresentou sobre o espaço central da Vila, que merece uma intervenção, gostava de saber qual era a opinião do Sr. Presidente sobre a questão do Urbcom, o que se passa, se há problemas, se está parado. Pensa que deve avançar urgentemente com aquele espaço, que está ali muito degradado, muito feio e é aqui no centro da Vila.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca do edifício onde funcionou o Estabelecimento Prisional, vulgo Cadeia de S. Pedro do Sul, inquirindo sobre o que a Câmara pensa fazer. Aproveitá-lo para passar para ali a GNR, que teria mais espaço, criar uma casa de cultura, eventualmente vendê-lo, o que é que pensa fazer? Em relação às casas dos magistrados, a primeira vez não foram vendidas, está marcado novo leilão para o próximo dia 27, se não forem vendidas vão para negociação particular? Como é que se processa a venda por negociação particular? É porque, por exemplo, a nível de Tribunal sabe que o juiz nomeia uma pessoa idónea e da confiança do tribunal para negociar a venda de um determinado bem que esteja penhorado, por exemplo. Aqui é assim que funciona ou em que termos é que é?

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: O Quartel da GNR, inaugurado em 1988, foi edifício adquirido, não foi a Câmara que o construiu. Em relação à captação dos fundos para a estrada 227, só vem dar mais força aquilo que disse, ou seja, o Eng.º António Guterres esteve seis anos no governo e a estrada seis anos esburacada. Quando nós entramos, o Eng.º António Guterres

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse, agora estão lá homens para a fazer e deu-nos a obra. Em relação aos pilaretes, é uma questão incómoda, porque aquele terreno na altura foi, tem que reconhecer que pode ter havido qualquer erro, negociado para o alargamento da estrada. O proprietário na altura insistiu e, no desenrolar da obra são coisas que acontecem, em que naquele espaço, por troca do terreno que cedeu mais abaixo, colocassem um pedaço de alcatrão na entrada. Tem que reconhecer que está mal e não é fácil resolver. A questão da cadeia, não vale a pena pensarmos em adaptar o equipamento. Quem conhece o edifício sabe que foi construído para cadeia. Deve dizer que já há quinze anos ou mais, tem sido mencionado como equipamento para venda. A hasta pública, que o Deputado Manuel Silva falou, que se não for na hasta pública, pode ser negociação particular. É muito difícil, após uma avaliação, estarem a vender abaixo do preço. Em relação às esplanadas que estão implantadas em sítios onde se pode estacionar. Não podem ter a esplanada e o estacionamento. Se a Assembleia Municipal fizer uma recomendação para se acabar com as esplanadas, excepto onde não passa carros, nós respeitamos e aceitamos. Relativamente à Ponte de Negrelos propunha, inclusivamente o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul pode encabeçar essa equipa de trabalho, de apresentar uma solução.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que o Sr. Presidente sabe que ele não está sempre a dizer mal da Câmara. Sabe que nesta Assembleia em diversas situações já disse e já propôs determinadas situações à Câmara e já louvou a Câmara em diversas situações, de forma que não é verdade o que disse, que está sempre a dizer mal. No que diz respeito às obras na Freguesia de S. Pedro do Sul, que a Câmara terá feito mais, que a Junta de Freguesia, pudera. A Câmara Municipal recebe o que recebe do Estado e a Junta recebe o que recebe, mas também se a Câmara fizesse mais transferências, que não faz, a própria Junta de Freguesia também poderia fazer muito mais, e também lembra o Sr. Presidente que inclusive no ano passado gastaram milhares de contos a limpar caminhos e receberam zero. Indevidamente a Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, e outras, andaram a fazer o pagamento para ampliações eléctricas, gastaram milhares de contos em ampliações eléctricas dos anos que antecederam o ano passado e, até hoje, a Câmara Municipal não restituiu o dinheiro que devia ter restituído, porque indevidamente recebeu esse dinheiro. Com esses dinheiros, com o dinheiro das transferências e com o dinheiro que a Câmara Municipal poderia transferir, a Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul e todas as outras poderiam fazer muito mais obras. No que diz respeito à comissão para a Ponte de Negrelos, terá que ser uma comissão eleita pela Assembleia Municipal. Quanto a ele está disponível para isso e a tentar chegar a uma solução.

- S. Presidente da Câmara Municipal: Disse ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul que, no próximo domingo se vai proceder à abertura do passeio pedestre e a Câmara Municipal colaborou significativamente. Em termos de obras comparticipadas ou delegação de competências, acredita que a Junta de S. Pedro do Sul seja a que tenha menos espaço de manobra, mas isso sempre foi e continuará a ser nas sedes de concelho. A Junta de Freguesia tem sapadores florestais, gastou milhares de contos a limpar ruas em S. Pedro do Sul, as outras Juntas de Freguesia também gastaram milhares de contos. Todas elas limpam dentro das povoações, algumas até limpam, com os sapadores, as vias municipais e não serão assim uns milhares de contos. Não se pode pôr em bicos de pés. Cada um faz aquilo que entende com os meios que tem disponíveis. Em relação à questão das delegações de competências, desde 2005 que entendeu que não deveria haver. O Urbcom, não tem nada de especial, o processo está

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

precisamente no mesmo ponto que Vouzela, Tondela e Viseu. Estamos dependentes do andamento da Secretaria de Estado do Comércio. Há que aguardar e logo que haja o financiamento, avançamos imediatamente. Quanto à Rua Direita, o projecto contempla essa rua, vamos aguardar. Em relação à rua de ligação do Largo S. Sebastião ao Cine-Teatro, é um arruamento que foi negociado com o proprietário dos terrenos. Aguardamos que o promotor proceda ao asfaltamento. Em relação ao trânsito, traz algum incómodo mas é sinal que S. Pedro do Sul tem “hora de ponta”. Em frente ao liceu, há uma movimentação grande na saída e entrada das escolas, é difícil de resolver. Espera que esse movimento se mantenha porque, se não houvesse, era sinal de desertificação. Felizmente temos muitas centenas de alunos. Não é um problema de S. Pedro do Sul, todas as cidades tem problemas com a “hora de ponta”, embora S. Pedro do Sul seja uma Vila, mas dentro das Vilas, isso já lhe foi dito até pelo Comando Distrital da GNR, que a seguir a Viseu, S. Pedro do Sul é a localidade que, em certas horas, tem mais dificuldade no trânsito. Temos três alternativas, a 228, 227 e a ligação às Termas e, se prestarem atenção, é movimento constante em qualquer das vias. - Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): O Sr. Presidente acabou por dar razão a alguns projectos que deixaram aprovados em sede de Câmara, nomeadamente um que previa a ligação do fundo da estrada de Anciães até à antiga linha de comboio e, via essa, que contemplava duas faixas de circulação em cada um dos sentidos. Ó Sr. Presidente, está a reconhecer que há aqui falhas do planeamento pensado à distância, pensado em termos de futuro. Esses problemas que estamos agora aqui a colocar e que o Sr. Presidente reconhece e tenta remediar obviamente, são problemas que vêm de obras que não foram devidamente pensadas e ponderadas, reflectidas e, lança aqui um desafio ao Sr. Presidente, que recupere, retome aquele projecto que, saindo do Infantário da Misericórdia ligava à antiga ferro via e que tinha duas faixas de circulação em cada um dos sentidos, com estacionamento em espinha de um e outro lado na maior parte do seu traçado. Porque se hoje parece que é uma coisa grandiosa de mais, a verdade é que o futuro virá a dar razão que, se não for assim a solução depois perdemos toda a razão. Não milita a mesma cor mas acha que a Câmara Municipal de Viseu, sob a batuta do Dr. Fernando Ruas, está a dar um excelente exemplo, ele e a sua equipa de técnicos, de como se planeia o futuro em termos viários, em termos de organização urbana.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à eventual constituição de grupo de trabalho, questionou a Assembleia Municipal no sentido de saber se esta concorda com a constituição desse mesmo grupo. Não havendo oposição, a Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que fossem indicados dois elementos do Partido Socialista e dois elementos do Partido Social Democrata que com ela própria constituíssem a referida comissão de trabalho. O Partido Socialista, apresentou proposta com os seguintes elementos: Vítor Figueiredo Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul e António Casais. A Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para a alínea j) do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal, sobre as competências da mesma, que a seguir se transcreve: “j) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo de problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da Câmara”.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida procedeu à abertura do **Período da Ordem do Dia**, procedendo-se à análise do primeiro ponto da ordem de trabalhos: “INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Disse que queria, antes de mais, fazer um reparo, pois mais uma vez houve documentos referentes a esta Assembleia que não recebeu atempadamente. Já aconteceu uma, duas, três vezes, acha que acontecer mais do que essas vezes, parece que é propositado ou défice democrático, como alguém disse alguma vez. Já sugeriu na última Assembleia que passassem a mandar por CD ou por E-mail, para que chegasse atempadamente a casa de cada elemento. Acha inconcebível como é que a algumas pessoas é entregue em mão, outras enviadas pelo correio e a outras nem sequer chega. Sugeriu que a documentação fosse entregue por E-mail porque a Câmara poupava muito com isso, poupava dinheiro e tempo a toda a gente. Em relação à informação financeira, louva, de certa forma, por terem recebido uma documentação mais próxima daquilo que andam a debater há mais de dois anos, mas finalmente já têm um documento mais próximo daquilo que tinham pedido. Em relação a esse mesmo documento tem três perguntas de respostas rápidas e objectivas, porque tem havido uma tendência para este tipo de perguntas, não se responder objectivamente e andar com rodeios. Em relação à execução orçamental vê-se aqui que a execução da receita tem um acréscimo de 23% em relação a igual período do ano passado. Pergunta a que é que se deve este acréscimo? Se há alguma razão clara para isto, se terá alguma coisa a ver com as receitas extraordinárias que tinham no orçamento, por exemplo a venda das campas, porque é muito estranho, no ano passado criticou-se aqui a Lei da Finanças Locais acerca das transferências, porque alguém disse nesta Assembleia que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul iria ser penalizada no que toca às transferências que vinham do Estado. A partir do ano de 2007 e o que vêem, aqui em 2007, em comparação com o ano passado, a Câmara recebeu mais dinheiro. Não percebe a que se deve este dinheiro, se tem alguma coisa a ver com o aumento das transferências vindas do estado, ou aumento das receitas extraordinárias. Gostava de saber a que se deve este acréscimo. Em relação à dívida, não é de espantar, acha que foi aqui reconhecido por toda a gente nas últimas Assembleias que a dívida ia aumentar, e realmente temos aqui um aumento da dívida de mais de 1 milhão de euros em relação a 31 de Dezembro do ano passado. Gostaria de saber se neste valor da dívida consta já, e de forma muito concreta, algum pagamento à Somague, pelo Balneário. Não basta só dizer que é uma obra que custa à Câmara 6 milhões de euros, é preciso que as pessoas saibam desses 6 milhões de euros, o que é que já está pago, o que falta pagar à Somague e como é que são feitos os planos de pagamento. Se é pago em função da disponibilidade da Câmara, se os 150 mil euros que a Câmara recebe mensalmente da Termalitur, vão directamente para a Somague. Está na altura de saberem como é que está feito o plano de pagamento do Balneário, não basta só dizer que a obra está pronta, que custou 6 milhões de euros. É preciso dizer o que é que está pago, o que é que não está e o que está incluído aqui neste valor, de forma muito concisa. Finalmente, o Sr. Presidente tem dito, e vem na comunicação social, que o Balneário tem tido uma afluência grande, teve 4 mil pessoas em Agosto. Com as novas instalações é natural que vá crescer, é um investimento que a Câmara fez que se espera que tenha resultados, mas não entende como, antes de haver as obras a Câmara recebia 150 mil euros da Termalitur, depois das obras continua a receber os 150 mil euros. Pergunta que dividendos ou resultados tira a Câmara de haver 4 ou 5 mil pessoas por ano nas

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Termas, se continua a receber o mesmo dinheiro. Pergunta se não seria, agora que as obras estão concluídas, de mudar a renda mensal que a Câmara recebe da Termalístur até porque, todos sabem, a situação financeira da Câmara não é das melhores; se não estaria na altura de aumentar essa renda de 150 mil euros, para um valor acima, que seria estudado pelas empresas de auditoria que chegaram ao valor de 150 mil; se não estaria na altura de se definir um valor mais alto. Porque se a afluência vai aumentar, a receita da Termalístur vai aumentar, estando na altura da Câmara receber mais dinheiro.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que objectividade há, não percebe como não pode ter. Quando pergunta se se recebe mais dinheiro da transferência, é consultar o documento. Não há nada escondido, nem o Estado manda dinheiro por debaixo da porta. Em relação à questão do défice democrático, não sabe, porque não deu orientações para que fossem sonegados documentos. Os documentos foram postos à disposição dentro do período legal. Em relação ao Balneário Termal, as obras tinham que se fazer, era uma obrigação. A Câmara Municipal tinha o equipamento, que serve dois terços da população termal, na iminência de ser reprovado pela Direcção Geral de Saúde. O facto da Câmara Municipal ter posto o equipamento em condições, decorre de uma obrigação. O que fizeram foi, dignificar e dar condições ao espaço existente. Aproveitaram para aumentar 6.000m² a área de tratamento, e ficou o maior espaço europeu ao nível de tratamentos termais. Não quer dizer que passem a ter o dobro da frequência. É preciso avaliar se o impacto desta obra, tem efeito imediato na clientela. Depois sim, poderão analisar se a renda é alta ou baixa.

- Sr. Vereador José Alberto Sousa, com a anuência do Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que o Dr. Mouro falou, muito bem, que a Câmara este ano já executou mais 400 mil contos que no ano anterior. Tem uma resposta muito objectiva: Trabalho. Todo este aumento se deve a receitas correntes, não se deve a receitas de capital. Ainda não venderam um prego este ano, é tudo trabalho, execução da própria Câmara. Tem sido um esforço bastante grande para o conseguir e vão conseguir ainda mais. Relativamente à obra do Balneário, há aqui uma grande confusão, mas supondo que não existiu pergunta, esclarece que a empresa já facturou cerca de 5 milhões de euros. Se retirassem da dívida da Câmara os 5 milhões de euros que já estão facturados, que já entraram em dívida, teríamos uma dívida, neste momento, na casa dos 16 milhões de euros. Imaginem a redução que tinha sido na Câmara Municipal, mas não. Ela passa dos 4 milhões de contos e já pagaram 340 mil contos. Durante este mês e até ao dia 10 do mês que vem, vão pagar mais 64 mil e 500 contos. Ainda não venderam nada, no entanto já conseguiram arrecadar mais de 400 mil contos, tudo receitas correntes. Porque em receitas de capital, relativamente ao ano anterior, conforme disse o Dr. Mouro, o Estado está a mandar menos dinheiro. Essa é uma grande verdade.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Disse que ainda em relação ao défice democrático gostaria de dizer o seguinte: “Não sou jurista mas acho que os elementos da Assembleia têm que ser notificados cinco dias antes da Assembleia Municipal, segundo a lei. Se formos aqui ver os gráficos da informação financeira, a informação financeira é do dia 17. 17 e 4 dá 21. Como é que é possível, se nós tínhamos que ser notificados cinco dias antes, tínhamos que ser notificados no dia 16 e, no dia 16 já têm aqui informação do dia 17. Há aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem.”

- Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal: Disse que, de acordo com a informação dos serviços foi tudo dentro do prazo legal

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): (Continuando) “Nós tínhamos que ser notificados cinco dias antes, como é que cinco dias antes já tem a informação do dia a seguir? Cinco dias devia incluir a documentação toda, isto é a primeira situação. Os cinco dias aplica-se a toda a documentação, não se aplica a uma parte e não a outra. Se a documentação é na totalidade, temos que ser notificados cinco dias antes da totalidade da documentação. Se recebemos cinco dias úteis a documentação toda, quando muito a informação financeira tinha que ser de 16 e não do dia 17. O Dr. Sousa disse que o aumento das receitas se deve ao aumento das receitas correntes. Que eu saiba quem manda as receitas correntes é o Estado. Que receitas correntes são essas? Por exemplo, foram as taxas que aumentaram? A construção aumentou e recebeu mais taxas? É só saber a quê que se devem. Em relação ao último ponto, à fixação dos 150 mil euros, isto na minha opinião pessoal, se indexasse a renda que recebe da Termalitur: passasse a ser, em vez de fixa, variável indexada ao número de aquistas, acho que a Câmara Municipal iria beneficiar com isso. Porque senão o que é que vai acontecer nos próximos anos: a Termalitur vai começar a ter lucro, depois destas situações todas. Tendo lucro, irá pagar imposto ao estado do lucro que está a ter e a Câmara Municipal não irá ter mais benefício, ou menos do que isso, isto é, se a Câmara Municipal tiver um aumento da renda, recebe mais por mês, não tem que dar imposto ao Estado”.

- Sr. Vereador José Alberto Sousa: Disse que ia esclarecer de rubrica a rubrica. Impostos directos: menos 100 mil euros. Significa que de impostos estão a arrecadar menos, impostos que são cobrados pelo Estado. Impostos indirectos: estão a cobrar mais de 2 mil euros. Nas taxas, multas e outras penalidades: multas não têm grande receita; as taxas estão a aumentar; rendimentos de propriedades estão a aumentar muito, é a aí que vem a grande diferença provenientes das eólicas, que estamos a conseguir negociar de uma forma exemplar, ou seja, tudo aquilo que não depende de nós diminuiu e tudo aquilo que depende de nós aumentou.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que em relação à problemática financeira da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara há pouco vangloriou-se com a elevada afluência Termal do mês de Agosto, à volta de 4 mil aquistas. Quer dizer, em nome da sua bancada, que também lhes apraz registar isso e fazem votos sinceros para que esses 4 mil se multipliquem por muitas vezes 4 mil. Será bom sinal, será sinal de que as condições que oferecemos são melhores e isso só beneficia S. Pedro do Sul. Mas a verdade é que têm uma informação que vai em contraciclo com isto. Chegou-lhes ao conhecimento que já há três livros de reclamações cheios, desde o início do ano e, quando uma pessoa reclama por um serviço, é sinal que o serviço não o satisfaz. A questão que se coloca é esta: com tanta reclamação e tanta publicidade negativa, por cada reclamação é um foco de publicidade negativa e feita pelos aquistas, porque quem está de facto no terreno a ser objecto desses serviços e que são quem paga, não há publicidade promocional que resista. Sabe que o executivo tem andado com spots publicitários na TSF e também na TVI, mas a verdade é esta, como em qualquer cabaz de fruta, uma peça de fruta podre estraga a restante. A verdade é que uma reclamação e outra e outra, vai gerar um movimento desacreditador do bom nome das Termas e todos sabemos que um bom nome custa muito a fazer, mas a desfazer é um ápice. A nossa preocupação vai nesse sentido, não estaremos, ao fazer publicidade nestas estações radiofónicas e televisivas nacionais, a fazer uma publicidade enganosa junto dos potenciais aquistas? E a potenciar a desacreditação da nossa terra? Tem conhecimento concreto de pessoas, que não sendo de S. Pedro do Sul, são de Viseu, que são aquistas e que lhe manifestaram pessoalmente o seu desagrado perante o

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atendimento, ainda não tinha entrado em funcionamento o Balneário D. Afonso Henriques, ainda no Balneário Rainha D. Amélia, este ano já. Acreditou naquilo que lhe foi dito, registou a preocupação dessas pessoas e não gostaria de ver repetidas essas situações. Espera que a Câmara e o seu Presidente em particular, porque é Presidente da Câmara e Empresa Municipal, tenham sensibilidade suficiente para repor o bom funcionamento do Centro Termal e assim evitar que o feitiço promocional se vire contra o feiticeiro.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que já os romanos diziam, “um povo simpático e acolhedor mas muito triste e deprimido” e nós Beirões ainda o somos muito mais. Dr. Ferreira Gomes, três livros de reclamações cheios. Primeiro, não diz quantos foram no ano passado e há dois anos. O Dr. Ferreira Gomes já foi ao Estádio de Alvalade cheio ou ao da Luz? Metade daquela gente vem todos os anos para as Termas. Com esse descontentamento não eram três livros de reclamações, eram camiões de livros de reclamações. Passam por ali 25 mil pessoas. Umás compreendem melhor, outras pior e há as que não compreendem. Num universo de 25 mil há de tudo. Este ano não funcionou nas melhores condições, para o ano teremos que estar a 100%. Ainda assim, conseguiu funcionar em condições razoáveis, porque houve um grande esforço dos profissionais que lá trabalham. As pessoas vêm ter com ele e dão-lhe os parabéns. Um Deputado do Partido Socialista na semana passada, veio dar-lhe os parabéns pelo esforço financeiro e pela obra das Termas. As pessoas hoje e cada vez mais têm o direito de reclamar. Quem tem comércio sabe que as pessoas por tudo e por nada reclamam. Se calhar há dois livros, um com razão, outro sem. É uma situação que se passa em qualquer estabelecimento e, o nosso não está ainda a funcionar nas melhores condições.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Sr. Presidente, não percebeu uma coisa: nós estamos aqui para ajudar, não estamos aqui para complicar. Não percebo esta irritação do Sr. Presidente. Estou espantado com este nervosismo. A bancada do PS tem a vontade e a coragem de chegar aqui falar e colocar as questões, não entram mudos e não saem calados. Ainda gostaria de ver a acta de uma Assembleia destas se por acaso um dia fizerem greve aqui nas intervenções, e o Manuel Silva também. Quem está a ser deselegante é o Sr. Presidente da Câmara, porque colocou uma questão e queria que lhe confirmasse da existência ou não de três livros de reclamações. Qualquer estabelecimento comercial da praça é obrigado a ter um livro de reclamações e quando o Sr. Presidente da Câmara ou ele não são bem atendidos, a lei protege-os e dá-lhes esse condão, de reclamar, deixar escrito em que é que foram mal atendidos e porque terão sido mal atendidos. Apenas se limitou a colocar essa questão porque o preocupa, e preocupa a todos, a questão Termal que é a principal fonte de rendimento de S. Pedro do Sul e por isso é que traz esse assunto nesse ponto, já que mexe com a questão financeira do município. Falar-se de três camiões TIR de reclamações, falar-se que nas Termas ao virem 25 mil, 30 mil aquistas, tem que haver serviços menos bem prestado. Esses 25 mil não vêm todos em catadupa como vão a Alvalade, às Antas ou à Luz. Esses 25 mil vêm distribuídos ao longo de 12 meses.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse ao Dr. Ferreira Gomes que o facto de falar assim, não o entendesse como deselegância.

Não havendo mais intervenções passou-se à análise da seguinte proposta do Executivo: “2.1- ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS”, relativamente à qual tinham sido distribuídas por todos os membros do órgão deliberativo fotocópias, da deliberação tomada na

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião da Câmara Municipal de 10/09/2007, bem como da informação do Departamento de Administração Geral – Secção de Contencioso, Taxas e Licenças, datada de 17/08/2007.

Verificou-se a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se se lembrava do que lhe respondeu em Junho, a propósito deste assunto e que está em acta? Disse na altura, e não é jurista, que a Câmara não podia cobrar conforme era proposto porque a questão estava mal colocada e o Sr. Presidente disse que isto havia de resolver-se, que era uma questão administrativa, e a verdade é que agora provou-se que tinha razão quando em Junho colocou o assunto.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que a cobrança, 3,50€ é receita da Câmara, e estão obrigados a cobrar outro tanto que é receita do Estado. É uma imposição legal. Se na altura o Dr. Ferreira Gomes tinha razão, rende-se, não vai estar contra.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida passou-se à análise da segunda proposta do Executivo: “2.2- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EXCLUSÃO DA “WRC-WEB PARA A REGIÃO CENTRO””, relativamente à qual tinham sido distribuídas por todos os membros do órgão deliberativo fotocópias, da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 10/09/2007, bem como da informação da Directora do Departamento de Administração Geral, datada de 07/08/2007.

Verificou-se a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que acham muito bem que a WRC seja mandada para o WC, se lhe permitissem a expressão, porque não há justificação alguma para haver duplicação de empresas prestadoras de serviços desta natureza aqui na Câmara e isso só revela que houve descuido da parte da Câmara ao duplicarem serviços e despesas. Isto é sinal de correcção da gestão errada que estava a ser feita. Pelo menos aqui já poupam algum dinheiro.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que foi uma empresa formada no âmbito da NUT II, da CCDRC, que incluía todos os municípios que faziam parte da CCDRC. O projecto, foi conduzido pela WRC na pessoa do Dr. Pedroso Lima, tinha a melhor das intenções, só que nunca chegou a funcionar. A Lusitânia, por outro lado, é uma agência que corresponde a municípios do nosso Distrito.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida passou-se à análise da terceira proposta do Executivo: “2.3- PROPOSTA PARA A 18ª ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL”, relativamente à qual tinham sido

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

distribuídas por todos os membros do órgão deliberativo fotocópias, da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 10/09/2007, bem como da proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 03/09/2007, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que se tratava de reajustamentos. É uma questão de adaptação às novas formas funcionais, às inovações no campo da informática. Não há intenção de alargar o quadro. Há que extinguir alguns que já não se justificam e criar outros que, na altura em que o quadro foi feito, não estavam previstos.

Verificou-se a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto aos lugares a extinguir, se os quatro lugares de Fiscal Municipal implicam despedimento de funcionários ou não.
- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que não, nem sequer é extinguir quando vagar. São extintos porque não estão preenchidos.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida passou-se à análise da quarta proposta do Executivo: “2.4 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DE TAXAS A VIGORAR NO ANO DE 2008”, relativamente à qual tinham sido distribuídas por todos os membros do órgão deliberativo fotocópias, da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 10/09/2007, bem como da informação da Directora do Departamento de Administração Geral, datada de 24/07/2007, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que em relação ao IMI, a taxa que a Câmara Municipal propõe é igual à do ano passado. Nos prédios antigos pode ir até 0,8%, é fixado em 0,6%. Em relação aos prédios avaliados nos termos do novo Código, pode ir até 0,5%, é fixada em 0,3%. É a proposta que foi submetida no ano passado e aprovada.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que, o Partido Socialista e ele próprio, concordam em absoluto com as taxas propostas e irão votar favoravelmente as mesmas, contudo chama atenção para duas situações: 1º - A aprovação das taxas terão de ser votadas em separado dado que se trata de matérias distintas, tal como já o tinha dito na sessão da Assembleia de 03 de Junho de 2005, com o qual o Sr. Presidente da Assembleia de então tinha concordado, não percebe porque é que agora passado dois anos, continua a proposta a vir em conjunto. 2º - Porque é que a Câmara Municipal ainda não procedeu ao levantamento dos prédios rústicos. Sabe que hoje estão a tratar de prédios urbanos, mas a lei também prevê que os rústicos também possam ser majorados. Então a sua questão e a sua proposta ia nesse sentido. Porque é que a Câmara Municipal ainda não procedeu ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono e à identificação dos respectivos proprietários, majorando assim para o dobro a taxa aplicável aos mesmos, tal como descreve o artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Poderia ser uma forma de reduzir os fogos florestais e assim arrecadar mais alguma verba destinada à Protecção Civil. Para quando esse levantamento? Diz que pode ser majorado para o dobro, mas sempre com o limite mínimo de 20€ por cada prédio. Acha que o Sr. Presidente devia pôr funcionários da Câmara Municipal a fazer o levantamento dessas propriedades que estão abandonadas, e existem muitas aí por todo lado, no sentido de precaver os fogos florestais para os anos que se seguem.

- Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal: Disse que já estava prevista a situação destas taxas serem votadas em separado, já estavam elaboradas até duas minutas.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Disse que desejava saber se para o próximo ano as taxas do IMI nos concelhos aqui à volta, nomeadamente Vouzela, Oliveira de Frades, Castro Daire, Viseu, se são idênticas às nossas ou se são diferentes.

- Presidente da Câmara Municipal: Em relação às taxas dos municípios vizinhos, ainda não foram aprovadas. Aquilo que se passou nos anos anteriores, pelo menos na maioria dos concelhos, foi que no primeiro ano fixou-se na taxa máxima, no segundo, apenas Viseu manteve a taxa máxima. Esta proposta, independentemente dos outros municípios, é razoável.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação em separado: “2.4 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA EM 0,6% PARA OS PRÉDIOS URBANOS, A VIGOR NO ANO DE 2008”, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente:

“2.4.1 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA EM 03% PARA OS PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO NOVO CÓDIGO, A VIGORAR NO ANO DE 2008”, tendo igualmente sido aprovada por unanimidade.

Neste momento, quando eram 16h15m, interromperam-se os trabalhos para um intervalo de 05 minutos.

Retomados os trabalhos quando eram 16h20m, a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal informou que foi presente à Mesa, por parte do Partido Social Democrata, proposta com o nome dos seguintes elementos: Manuel Monteiro Casais e Manuel de Almeida e Silva, para integração do grupo de trabalho anteriormente referido.

De seguida passou-se à análise da quinta proposta do Executivo: “2.5 – REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL”, relativamente à qual tinham sido distribuídas por todos os membros do órgão deliberativo fotocópias, da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 10/09/2007, bem como da proposta do Vereador Prof. Rogério Duarte, datada de 10/09/2007, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que esta proposta, é para os alunos que não podem ir à escola por doença. Só que há outras situações de ausência, tendo em conta que no pré-escolar as aulas não são obrigatórias. A proposta vai no sentido de se analisar

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor, em reunião de Câmara, se realmente deve incidir só sobre os alunos que não podem ir à escola por doença e, não têm que pagar a refeição desde que avisem com antecedência, ou se também aqueles que, cujos pais estejam ausentes, não se possam deslocar à Escola. Não pode haver uma liberdade excessiva porque, as IPSS's, que fornecem as refeições, têm que saber atempadamente o número de refeições a preparar. Fazia a proposta de que se reflectisse melhor e voltasse à Assembleia em Dezembro, para que esta se pronuncie.

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, referiu que era compreensível a presente situação e que se ficava a aguardar o envio da proposta para agendar para a próxima sessão.

De seguida passou-se à análise da sexta proposta do Executivo: “2.6 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL “INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO E TRANSPORTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS””, relativamente à qual tinham sido distribuídas por todos os membros do órgão deliberativo fotocópias, da proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 10/09/2007, diversas deliberações, sobre o assunto, tomadas em reuniões da Câmara Municipal, bem como dos ofícios nº 703314 de 30/08/2006 e nº 702373 de 25/07/2007 da CCDRC, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que esta alteração se prende com o facto do transporte e implantação da energia eólica, ter uma adequação, acrescentar-lhe também espaços agrícolas e florestais. Aproveitou ainda para esclarecer, já que estavam a falar no PDM, que neste momento aguardam resposta à desafecção da REN e RAN. Pela parte da Câmara não podem avançar mais. Lembra que todos os PDM's, nomeadamente Viseu, Vouzela, Castro Daire, mesmo os que começaram antes, estão todos na mesma situação. Tem trocado impressões com outras autarquias, ainda há pouco soube que, por exemplo, Santarém e Tavira iniciaram o processo há oito anos e estão no nosso ponto de situação. É uma questão difícil, porque não há grande vontade por parte do Ministério da Agricultura, Florestas, Rede Natura, etc. O Governo pronunciou-se sobre esta matéria e prepara-se para tomar medidas, no sentido de simplificar e avançar rapidamente para uma conclusão.

Não havendo intervenções foi a presente proposta colocada a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação a constituição de Grupo de Trabalho de acordo com o que tinha sido acordado há momentos, propondo que este Grupo de Trabalho seja constituído por dois elementos do Partido Socialista, dois elementos do Partido Social Democrata e pela Presidente da Assembleia Municipal, sendo que o Partido Social Democrata propôs os Deputados: Manuel Monteiro Casais e Manuel de Almeida e Silva e o Partido Socialista os Deputados: Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul e António Carvalho de Almeida Casais. A proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal colocou ainda a votação a aprovação em minuta de todas as deliberações tomadas, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, concordar.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público** tendo-se verificado a seguinte intervenção:

- Sr. José Moita, residente no lugar de Moldes da Freguesia de Pinho: Disse que, antes de passar aos dois pontos que aqui o traziam, queria deixar uma sugestão, porque nas Assembleias de Freguesia em Pinho a intervenção do público costuma ser no início e aqui é no final e por isso, se calhar, vem pouca gente porque não têm disponibilidade para passar aqui uma tarde inteira à espera para poder falar. Salientou que, em toda a Freguesia de Pinho, não há uma única paragem de autocarro. Queria apenas pedir uma para um sítio, não exige um grande esforço financeiro e facilmente, caso o Sr. Presidente da Câmara tenha boa vontade, colocará uma paragem nesse lugar. É no lugar do Largo da Nossa Senhora de Lurdes, em Moldes de Pinho. São cerca de oito crianças do 1º Ciclo e do Pré-escolar que esperam naquele local pelo transporte escolar e, com a chegada do Outono e Inverno, com as chuvas, crianças com três anos estarem ali debaixo do guarda-chuva à espera que o transporte chegue, é penoso. O segundo ponto que queria apresentar é a situação de um terreno que, foi garantido publicamente pela Câmara Municipal, já estaria comprado para a construção de um polidesportivo. Passados praticamente dois anos, pelas informações que dispõe, ainda não há sequer terreno, quanto mais o polidesportivo. Queria que o Sr. Presidente da Câmara respondesse a esta questão porque há pouco falou-se aqui em coincidências e gostaria que esta obra começasse e fosse feita o mais rápido possível e, que não fosse uma coincidência, o seu início coincidir com as próximas eleições.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que a intervenção do público, nas Assembleias Municipais, são dirigidas à Presidente da Assembleia, não ao Presidente da Câmara. Pode a Assembleia tomar nota e remeter à Câmara Municipal. As questões até são simples, é só por uma questão de legalidade.

De seguida a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 17h30, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada, nos termos legais, pela Sr.^a Presidente e pelos Srs. Secretários da Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,